

# A FÁBRICA DE PÓLVORA E O JARDIM BOTÂNICO NO RIO DE JANEIRO

*Cristina Grafanassi Tranjan*

**RESUMO:** Podemos entender que o fato de maior impacto para a estruturação urbana no Rio de Janeiro, e que levou à elaboração dos diversos decretos, legislações e posturas na tentativa de organizar o crescimento urbano foi a chegada da Família Real, em 1808. O Jardim Botânico, no Rio de Janeiro, um dos lugares mais aprazíveis na cidade, tem uma história bastante peculiar, consequência da mudança no uso do solo na região, uma vez que acompanhou as necessidades da metrópole, alçada a sede da Corte de Portugal. Pretendemos analisar como se processaram tais mudanças e quais os agentes responsáveis por isso.

**PALAVRAS-CHAVE:** Jardim Botânico; Fábrica de Pólvora; Lagoa; Rio de Janeiro.

**ABSTRACT:** *We understand that the fact of the greatest impact on urban structure in Rio de Janeiro, and that led to the development of the various decrees, laws and attitudes in an attempt to organize its urban growth was the arrival of the Royal Family in 1808. The Botanical Garden in Rio de Janeiro, one of the nicest places in town, has a peculiar history, as a consequence of the change in land use in the region, since it followed the needs of the metropolis, which became the seat of the Court of Portugal. We intend to examine how such changes were processed and who were the agents responsible for it.*

**KEYWORDS:** *Botanical Garden; Gunpowder Factory; Lagoa; Rio de Janeiro.*

## A FÁBRICA DE PÓLVORA

Em 13 de junho de 1808, por decreto assinado por D. João VI, as terras da Lagoa Rodrigo de Freitas, onde existia um engenho, foram desapropriadas com vistas à construção de uma fábrica de pólvora e fundição de peças de artilharia que abastecesse a Marinha e o Exército. Após a desapropriação, as terras do engenho passaram a se chamar Real Fazenda da Lagoa Rodrigo de Freitas. Também serviu de instrumento a Carta de Adjudicação a favor da Real Fazenda, de 30 de janeiro de 1810. As terras estavam aforadas ao capitão Domingos Pinto de Miranda<sup>1</sup> pela quantia de 800 mil réis por ano e seis arrobas de açúcar fixadas ao valor de 12\$800, preço acima do mercado. Sua proprietária, D. Maria Leonor de Freitas Mello e

---

<sup>1</sup> Domingos Pinto de Miranda foi o primeiro a ocupar o cargo de Feitor da Fábrica, cujas tarefas eram cuidar das terras não arrendadas, promover a cobrança dos foros, zelar pela conservação dos caminhos, canais, valas e açudes e impedir desmatamentos excessivos, recebendo por isso um salário de 300\$00 ao ano.

Castro, que residia em Lisboa, recebia seis mil e quinhentos réis de fôro, tendo como procurador o Tenente Manoel Bento Lopes. Domingos de Miranda assumiu ainda o compromisso de manter, por 32 mil réis (32\$000),<sup>2</sup> as capelas de Nossa Senhora da Cabeça e de Nossa Senhora da Conceição, do Engenho de Rodrigo de Freitas, à qual a primeira era subordinada, tendo ainda que mandar rezar missa por D. Maria Leonor.<sup>3</sup> D. João VI nomeou o tenente-general Carlos Augusto Nacion<sup>4</sup> como responsável pela construção e instalação da Fábrica e, por ajudante de ordens, o Capitão Jacques Augusto Conny. O Capitão Jacques Conny foi o responsável pela confecção da primeira planta do terreno da fazenda, declarando “que correspondia a um terreno que tivesse uma testada de mil e setecentas braças, e uma área de quatro milhões e quinhentas mil braças quadradas, inclusive a Lagôa” (Revista Trimestral do IHGB, Tomo LXII, Parte II, p. 92). O decreto autorizando a construção da Fábrica de Pólvora é datado de 13 de maio de 1808.

Para podermos entender a importância da instalação de uma fábrica de pólvora no Rio de Janeiro naquela época, visto a urgência com que foram assinados os decretos que autorizavam sua construção e a posterior desapropriação das terras da Lagoa, faz-se necessário entender o processo pelo qual passava a cidade naquele momento. Com a transferência da Corte para o Rio de Janeiro, a cidade sofreu diversas transformações econômicas, sociais e políticas, fazendo-se necessário preparar a colônia para tais transformações. Neste sentido, promoveu-se a modernização de diversos setores de produção e, fator de grande importância, foi

---

<sup>2</sup> A moeda brasileira, o mil-réis, foi herdada de Portugal. Rs. 1\$000 ou 1.000\$000 = um conto de réis. Em 1808, Rs. 1\$000 = uma oitava de ouro = 3,586 gramas. O mil-réis tinha o valor de 67 d. (dinheiros), derivado da moeda inglesa (câmbio oficial da moeda brasileira). Pela lei de 8 de outubro de 1833, com a desvalorização da moeda, a oitava de ouro (de 22 quilates) passou a ser de Rs 2\$500. O mil-réis passou a valer 47 1/5 d. Por lei de 11 de setembro, outra vez a moeda é desvalorizada, e a oitava de ouro passa a valer Rs. 4\$000, ao câmbio de 27 d. Apenas em 1942, pelo Decreto-lei de 5 de outubro, de número 7491, a moeda passou a ser o cruzeiro. (Cf. Prado Júnior, 1972)

<sup>3</sup> Domingos de Miranda pagava 800\$000 de foro, além das arrobas de açúcar, a 12\$800, assim como os 32\$000 da manutenção das capelas do engenho. Sendo assim, o que pagava pelas terras que ocupava era muito acima do que recebia de salário anual como Feitor, 300\$000. Comparativamente, o valor do foro era elevado.

<sup>4</sup> Carlos Augusto Nacion nasceu em Turim, na Itália, onde se tornou militar. Transferiu-se para Portugal, para atuar como inspetor de Arsenal e das Oficinas e Laboratórios dos Instrumentos Bélicos, vindo para o Brasil com D. João VI em 1808. Aqui foi presidente da junta diretora da Academia Real Militar, Brigadeiro, Marechal-de-Campo e Tenente-General. Ocupou os cargos de Inspetor-Geral de Artilharia, membro do Conselho Supremo Militar e Conselheiro de Guerra. Foi engenheiro, químico, professor e militar, deixando diversos tratados sobre mineração, e foi uma das figuras mais ilustres para o desenvolvimento da cultura na época. Faleceu em 27 de junho de 1814, tendo sido sepultado no Convento de Santo Antônio, no Largo da Carioca, Rio de Janeiro.

revogado o decreto que impedia a instalação de manufaturas na cidade. Para fazer frente a tantas mudanças urbanas, era preciso promover a segurança do Estado, reorganizando as forças militares, criando nova escala de hierarquia e ampliando seus efetivos. Por isso, deveria haver um incremento na produção de material bélico. Se levarmos em conta que D. João VI chegou à cidade em março de 1808 e que o primeiro decreto a esse respeito data de apenas dois meses depois, isso denota a preocupação com a segurança do país. Outro fator que aumentava essa preocupação era o seguinte: o Brasil era (é) um país de dimensões continentais, com um extenso litoral e regiões esparsamente povoadas. A natureza havia sido generosa porque, além de tudo, era rico em recursos naturais. Não poderia haver lugar mais atraente e propício às invasões. A fábrica de pólvora seria criada com o intuito de fornecer munição ao Exército e Marinha, não só da Corte, mas de todo o país. Até então, era da fábrica de Lisboa que vinha a munição utilizada aqui. A Lagoa foi escolhida por ser afastada do centro urbano, uma vez que o processo de produção, perigoso, poderia colocar vidas em risco. Este foi o fator para que se utilizasse inclusive mão de obra escrava na fábrica.

O processo de desapropriação se arrastou por anos, só terminando em 1827, quando foi paga à proprietária a quantia de 42:193\$430,<sup>5</sup> valor altíssimo para a época. Esse valor era equivalente às 4.500.000 braças da propriedade,<sup>6</sup> incluindo a lagoa, avaliadas em 21:780\$000, quantia definida em função da planta elaborada por Jacques Conny, e às benfeitorias, no valor de 20:433\$430.

Em medição de 1809, o engenho de Rodrigo de Freitas aparece com o nome de Fazenda da Conceição de Sacopenan.<sup>7</sup> A Paróquia perpétua de São João Batista da Lagoa, na Capela de Nossa Senhora da Conceição, foi criada por Resolução, de 3 de Maio de 1809, e Alvará, de 13 de maio do mesmo ano.

---

<sup>5</sup> Dessa quantia, 3:608\$895 (três contos, seiscentos e oito mil, oitocentos e noventa e cinco réis) foram pagos a Domingos de Miranda, que até então, como arrendatário das terras do engenho, as arrendava a terceiros. Em 12 de outubro de 1808, foi nomeado por D. João VI Feitor da Fazenda da Lagoa Rodrigo de Freitas, cujas funções eram basicamente conservar a fazenda, promover a cobrança dos arrendamentos, enfim, administrar o engenho e as terras.

<sup>6</sup> Aproximadamente 22.000 m<sup>2</sup>, englobando os atuais bairros do Arpoador, Ipanema, Gávea, Lagoa, parte do Humaitá e grande parte do Parque Nacional da Tijuca.

<sup>7</sup> A sede do engenho de Nossa Senhora da Conceição serviu de residência a Rodrigo de Freitas Mello e Castro. Em 1808, passou a residir ali o Tenente-General Carlos Augusto Napion. A casa servia também de pouso para a Família Imperial, quando D. João VI ia para aqueles lados. Foi residência também do naturalista João Barbosa Rodrigues, botânico e diretor do Jardim Botânico, que ali faleceu a 9 de novembro de 1909. João Rodrigues assumiu o posto em 1890, no início da República, após um longo período de descaso por parte das autoridades para com o Jardim.

Os limites da freguesia são assim descritos por Pizarro “...desde a Praia de Botafogo, até o sítio da Tijuca, ali confinando com a Freguezia de Jacarepaguá, e pela praia, com a de S. José da cidade, da qual se desmembrou o território” (PIZARRO, 1951, p. 48).

Nessa época (1809) a Paróquia contava com 324 fogos<sup>8</sup> e 1.480 almas. Os Avisos, de 2 de julho e 6 de novembro de 1808, criam a Freguesia de São João da Lagoa, desmembrada da paróquia de São José, por causa de seu rápido crescimento. A esse respeito, Lobo diz:

A paróquia de São João Batista da Lagoa foi criada em 1809, desmembrando-se o seu território da paróquia de São José. No decorrer do século XIX foi assumindo aspecto essencialmente residencial. O bairro de Botafogo era o mais procurado para residência das famílias de mais altas rendas do 2º Reinado. A enseada de Botafogo, entre os morros da Viúva e da Urca, era coberta por jardins e chácaras de mansões suntuosas. Por isso mesmo o comércio local cresceu para atender ao consumo desta população. Fazia parte da paróquia o arrabalde de Copacabana, ainda praticamente desabitado assim como Ipanema. Até 1873 integrava esta paróquia a Gávea, onde estava situada a Lagoa Rodrigo de Freitas, entre a Serra da Gávea e o mar. (LOBO, 1978, v. 1, p. 243)

Com a criação da paróquia, diversas petições foram feitas, no intuito de conseguir terras no local. Datam de 1812 as petições encontradas no Arquivo Nacional.

A família Borges foi grande proprietária de terras na rua Marquês de São Vicente. João Borges Filho, figura das mais ilustres dentro da família, foi presidente do Jôquei Clube.

A linha divisória da Fazenda, em 1844, e segundo a planta de Conny, era a seguinte:

Do Corcovado, de onde emanam as vertentes, segue-se pelas Paineiras, Morro da Caixa d'água, Lagoinha, Pedra do Andarahy, Morro da Tijuca, Pedra da Boa Vista, Boa Vista, Morro dos Dois Irmãos, Sítio do Céu, Fortaleza do Vidigal, até o Mar Grosso, e dali 1655 braças, pela praia até um marco. Deste marco, com o rumo de 60° - 30' N.E., 65 braças até encontrar a Pedra de Nossa Senhora de Copacabana, indo cortar a ilha de Joatinga. Dessa pedra segue-se com o rumo de 36° - 30' N.O., medindo-se 275 braças até as águas vertentes do Cantagallo, onde existe uma pedra. Daqui e pelas mesmas vertentes passa pela casa da Chácara do Cantagallo, indo-se até o alto do Morro que divide a Fazenda das terras de D. Isabel. Metade da lombada deste Morro, que contém 145 braças, pertence a Fazenda Nacional, por não dar saída pelo lado das terras de D. Isabel. Daqui parte o rumo de 21° N.O., medindo-se 50 braças e caindo-se na Lagoa, lugar denominado – Praia Funda – segue-se com o rumo de 25 N.O., medindo-se pela Lagoa 230 braças até onde se acha um marco, ao pé do Morro da Urca. Daqui parte o rumo de 36° N.E., medindo-se 435 braças pelo Morro da Urca (princiando dali,

<sup>8</sup> É a residência de uma família, diferente de casa, considerada o imóvel.

outra vez, as águas vertentes), até o caminho de São Clemente, onde existe uma pedra (Revista Trimestral do IHGB, op. cit., p. 92).

As benfeitorias do engenho eram as seguintes: “Existiam então 54 chácaras, 21 escravos, uma capella e, no centro das chácaras, o Engenho de assucar com todos os seus pertences, casas de Fábricas, terras e matos reservados para o Engenho, a que se deu o valor de 20:433\$430.” (Revista Trimestral do IHGB, op. cit., p. 95).

O decreto incorporando as terras da Lagoa aos próprios nacionais previa que o pagamento da desapropriação seria feito apenas após o beneficiário “mostrar que nada obsta a que se lhe faça a mesma entrega”. Previa também o pagamento dos valores referentes aos arrendamentos até que fosse paga a desapropriação. A demora no pagamento se deu porque D. Maria Leonor demorou a apresentar os documentos necessários, por isso, quando o pagamento foi feito, recebeu também o valor relativo ao arrendamento no período de 18 de novembro de 1809 a dezembro de 1826, num montante de 13:694\$246.<sup>9</sup> A área foi incorporada ao Patrimônio Nacional, em lei de 28 de setembro de 1835. As dimensões das terras do engenho foram descritas da seguinte maneira por Vieira Fazenda:

...compreendia tal imóvel todo o distrito que corre do forte de São Clemente até o morro dos Dois Irmãos e do Nascente, que corre desde a Praia do Mar até o alto da serra da Lagoa, inclusive esta, bem como todas as vertentes, desde suas nascentes, na serra até suas barras, na referida lagoa (VIEIRA FAZENDA, 1921, v. 2, p. 202-203).

Já Costa descreve os limites das terras de Rodrigo de Freitas com mais detalhes:

A linha divisória partia da Fortaleza de São Clemente, construída no tempo do Marquês de Lavradio, com quatro peças apenas. Seus vestígios até bem poucos anos podiam ser vistos na figura de dois canhões assestados no paredão do prédio da Rua Humaitá n. 229. Pela direita, ia pela cumeada do morro até o Corcovado, e daí por diante pela crista da Serra da Carioca, Pedra do Andaraí, Morro da Tijuca, Pedra da Boa Vista, base interna do Morro dos Dois Irmãos, Sítio do Céu, Forte do Vidigal, Pedra de Copacabana, cumes dos morros de Cantagalo, Cabritos e Saudade, até atingir de novo a fortificação de São Clemente (COSTA, s. d., p. 20-21).

Para que a fábrica fosse construída, os moradores da região, locatários de D. Maria Leonor, tiveram que deixar o local, uma vez que ali foram instalados todos os seus trabalhadores. Como esses moradores eram agricultores que possuíam casa e lavoura, D. Pedro I precisou assinar um decreto que os indenizasse. A redação do decreto demonstra as irregularidades com que eram ocupadas as terras do

---

<sup>9</sup> O que demonstra a valorização da área.

engenho de Rodrigo de Freitas, assim como as tentativas de promover a sua desocupação de forma justa, pagando as devidas indenizações àqueles que tivessem esse direito.

A Fábrica de Pólvora foi inaugurada, em 1810, e sua produção anual era de 80 toneladas, sendo que a demanda do mercado brasileiro era de 150 toneladas. Assim, a fábrica trabalhava com sua capacidade máxima. Como o processo de fabricação da pólvora era muito perigoso, cada etapa acontecia em um prédio. A sobrecarga de trabalho só aumentava os riscos de acidentes. Após três explosões na Casa dos Pilões, onde se dava o processo mais arriscado da produção, o de compactação da pólvora, e que matou diversos escravos, a fábrica foi desativada, em 1831, por aviso de 18 de novembro, sendo transferida para a Serra da Estrela. Mantiveram-se de pé apenas a murada e o portal da fábrica, que contava então com cinquenta e dois profissionais livres e assalariados, ocupando as mais diversas funções. Eram em vinte e oito os trabalhadores civis e os outros vinte e quatro, militares, estes na área de direção e de vigilância dos escravos, que totalizavam noventa e dois, ligados às etapas de produção.

Com a transferência da fábrica, a Fazenda Nacional passou a ser de responsabilidade do Tesouro Nacional,<sup>10</sup> por Aviso, de 3 de janeiro de 1832, do Ministério da Guerra. O que restou da fábrica foi aproveitado por uma indústria de chapéus-chile, que utilizava a bombonassa<sup>11</sup> como matéria-prima, por ser muito abundante no local. Parte das terras foi desmembrada pela Junta dos Arsenais do Exército, resultando em novos lotes que serviriam de chácaras residenciais e seriam arrendados, num total de treze. Em 24 de outubro do mesmo ano, na administração de Bernardo José de Serpa Brandão, foram incorporados ao Jardim Botânico todos os terrenos e prédios que não estivessem aforados ou arrendados. Diversos imóveis das oficinas da fábrica, que se encontravam dentro dos limites de algumas dessas chácaras, se transformaram em residência. Eram eles:

– antiga oficina de alisamento e, construída em 1829, nova oficina de mistão e alisamento – Chácara n.º 14 – arrendada à Baronesa de Sorocaba (irmã da Marquesa dos Santos), em 11 de janeiro de 1832;

– fornos de carbonização – Chácara n.º 23 – arrendada a Roberto da Silva dos Santos Pereira, em 1831;

– Casa do Salitre – lote n.º 29 – arrendado ao Comendador Domingos Alves da Silva Porto;

---

<sup>10</sup> Órgão do Ministério da Fazenda.

<sup>11</sup> Planta semelhante a uma palmeira em leque, espécie de sisal.

– Oficina de moinho de Pilões – lote nº. 13 – arrendada a D. Felicidade Perpétua da Cunha em 16 de novembro de 1831, no valor de 48\$000 anuais. Em 12 de dezembro, D. Felicidade conseguiu também o arrendamento da Casa dos Pilões, nos fundos da chácara, no valor de 24\$000, perfazendo um total de 72\$000. Com isso a Casa dos Pilões foi modificada para servir de residência, sendo necessário promover o aterro e construir paredes em seu interior. Foi por iniciativa de D. Felicidade que se abriu a Rua Duque Estrada, então Rua Franco, a primeira transversal à Marquês de São Vicente.

No terreno do complexo fabril havia ainda o Palacete da fazenda dos Rodrigo de Freitas, a Casa da Administração, uma vila com as casas dos Mestres de oficinas, a casa do Inspetor, além das casas que serviam aos trabalhadores livres e as senzalas dos escravos. No mesmo terreno se encontravam também os armazéns e o porto da lagoa.

A fazenda foi incorporada aos próprios nacionais pela lei nº. 719, de 28 de setembro de 1835, e era foreira à Câmara, pagando por ano o foro de 6\$500.<sup>12</sup> Com isso, a Fábrica de Pólvora passou a receber o arrendamento das chácaras, cujas posses continuaram com os antigos arrendatários. Até 1831, eram em número de 86, colocando nos cofres da Fábrica a quantia de 918\$580 anuais.

Com a decisão de se criar uma fazenda-modelo de agricultura, em 1833, o governo reservou um terreno para esse fim, deliberando que os lotes que estivessem arrendados, após o término da concessão, não teriam o arrendamento renovado. É evidente que a medida desagradou profundamente os arrendatários que deveriam desocupar as chácaras, tendo os mesmos enfrentado o Governo Imperial em processos judiciais que se arrastaram por anos. Ao fim de 20 anos, o Governo ganhou o direito de anexar às terras do Jardim Botânico as chácaras que lhe aprouvesse, e os arrendatários, o direito à indenização. Mais uma vez, devido à morosidade, o processo se arrastou até a década de 70 daquele século.

A chácara da Casa dos Pilões foi uma exceção, pois seu processo transcorreu rapidamente. O motivo é que, por morte de D. Felicidade Perpétua, assumiram a propriedade sua filha e seu genro, Marechal Albino Gomes Guerra do Aguiar. O casal não pagou o arrendamento a partir de 1838. Quando da morte destes, o filho do casal, Dr. João Gomes Guerra do Aguiar, ficou responsável pelos bens da família, e também com o ônus de nove anos de atraso perante a Fazenda Nacional, pagando, em 1846, a quantia de 648\$000. A chácara foi arrendada pelo Dr. João Gomes a terceiros, e mais uma vez o arrendamento deixou de ser pago a partir de

---

<sup>12</sup> Lembramos que Domingos de Miranda pagava a Dona Maria Leonor, então proprietária do engenho a quantia de 800\$000 de foro anuais.

1848. Em 1858, finalmente, foi procedida a avaliação da chácara, chegando-se a um montante de 800\$000, por suas benfeitorias, que eram poucas e a Casa dos Pilões, já incorporada aos próprios nacionais, não estava incluída nessa avaliação. Como a dívida pelo atraso no pagamento do arrendamento perfazia o valor de 720\$000, quase o equivalente ao valor das benfeitorias, o processo se desembaraçou rapidamente, ficando a dívida quitada. Finalmente, em 1859, a chácara foi incorporada aos terrenos do Jardim Botânico.

A 18 de dezembro de 1869, o Governo comprou o domínio direto da fazenda, por 50 apólices da dívida pública, de 1:000\$, a juros de 6%. Isso atendia ao artigo 14, da lei nº 1.245, de 28 de junho de 1865.

## O JARDIM BOTÂNICO

A Real Fábrica de Pólvora da Lagoa de Rodrigo de Freitas foi instalada junto a uma região muito apreciada por D. João VI, às margens da Lagoa. Ali foi iniciada a prática do cultivo de plantas exóticas. O solo era fértil, como já estava comprovado pelo plantio da cana e do café, e fornecia diversas matérias-primas para artesanatos e construções, como por exemplo, a argila, o gesso e o amianto. A geografia local era muito diversificada, pois contava com a lagoa, a praia e a serra. As resoluções régias, de 17 de julho de 1809 e de 7 de julho de 1810, transformavam “as terras marginais da lagoa ... em campos experimentais, horto e cultivo de plantas exóticas” (Valladares, 1971, s.p.), sob a supervisão do alemão Kauche, uma vez que isentavam de dízimas e direitos as espécies produzidas aqui. Com isso, o *hobby* de D. João VI em relação à botânica levou à criação do Real Jardim da Lagoa Rodrigo de Freitas, por alvará, de 11 de março de 1811, regulamentado por Decreto, de 11 de maio de 1819, que lhe deu o nome de Real Jardim Botânico, quando se tornou um jardim franqueado ao público. Houve também plantação de chá feita por chineses, que não apresentou muitos resultados.

Em 1811, a chácara de Nossa Senhora da Cabeça, vizinha à Fábrica, foi incorporada à mesma, para que ali se instalasse uma manufatura de canos de espingarda e se promovesse a construção de um pavilhão real, para hospedar D. João, então príncipe regente, em suas visitas constantes ao local. O Jardim Botânico, a princípio, era apenas um pequeno horto, tendo ganhado o nome de Real Horto quando da desapropriação das terras da Lagoa, e sua história hoje é rica em fatos.<sup>13</sup> Teve

<sup>13</sup> Grande contribuição ao Jardim deu o Chefe de Divisão Luís Abreu Vieira e Silva, que após um naufrágio, conseguiu trazer para o Brasil diversas espécies de sementes e mudas, conseguidas na Ilha Maurícia, onde havia sido detido pelos franceses. D. João VI recebeu-as de presente, plantando-as no Real Horto da Lagoa. A palmeira imperial, também plantada por D. João VI,

como primeiro diretor Joaquim Gomes da Silva Mendonça, Marques de Sabará. Arrendava ele um terreno na Praia Grande, com as seguintes características:

Joaquim Gomes da Silva é arrendatário em virtude de título passado pelo Ministério da Fazenda em 1<sup>o</sup> de abril de 1875, do terreno nacional desmembrado da antiga fazenda da Lagoa de Rodrigo de Freitas, o qual tem, conforme o mesmo título, o nº 114 no lugar denominado Praia Grande na freguezia de Nossa Senhora da Conceição da Gávea, o qual tem de testada pela praia 292m,6 pelo lado da chácara nº 115, 62° 30' NE, 125m,4 e pelo da de nº 117, 9° SE, 180m,4 e que, havendo pago o outorgado, como se vê do conhecimento nº 48 de 18 do corrente mês, a quantia de 102\$500. (Arquivo da Cidade: Seção de Manuscritos. Aforamentos – Rodrigo de Freitas, Lagôa. Ano: 1839-1880. Código 5-1-38)

Após o regresso de D. João VI a Portugal (em 1821) assumiu em 1824 o cargo de diretor do Jardim Frei Leandro do Sacramento, que deu ao mesmo um caráter científico, tornando-se, por isso, figura muito importante na história do Jardim Botânico. Com o incêndio que destruiu a fábrica de pólvora, a região passa a ter única função de jardim, uma vez que o Governo decidiu não reconstruí-la.

É interessante analisar como e porquê estavam juntos a Fábrica de Pólvora e o Jardim Botânico. A ocupação do mesmo espaço físico por duas atividades tão antagônicas se justificava pela reestruturação não só espacial, mas administrativa, econômica e social da nova sede da Corte portuguesa.

Em 1860, a Rua Jardim Botânico possuía o nome de Rua do Oliveira, por causa de uma venda de propriedade de um Oliveira, e seu traçado contornava o Corcovado até o início do rio Cabeça. A venda, que passou para sua viúva, d. Francisca de Oliveira, se localizava perto do atual Parque Lage, então chácara do comendador Antônio Martins Lage, que já no século XX foi herdada por Henrique Lage. O primitivo traçado da rua Jardim Botânico pode ser explicado por causa da distância da lagoa, para evitar suas margens alagadiças. Das chácaras da região podemos citar a da Bica, do comendador Ribeiro de Carvalho, em frente à de Martins Lage e única do lado ímpar da rua, e a de Francisco Rodrigues Ferreira, cortada pelo rio Cabeça. O Caminho da Cabeça levava à chácara do Dr. Luís de Faro. Foi ele o responsável pela abertura desse caminho, que hoje leva o nome de rua Faro. Foi essa, depois da rua D. Castorina, a primeira rua perpendicular à Jardim Botânico em direção ao morro. A Chácara da Bica, situada na rua Jardim Botânico, nº 246, passou a Jerônimo Ferreira Braga que, em 1896, abriu em suas terras a rua

---

se difundiu pelo país graças à ousadia dos escravos, pois o diretor do Horto, Bernardo José de Serpa Brandão, desejando que seu jardim fosse o único a possuir tal espécime, ordenava que as sementes fossem queimadas. Os escravos, para arrecadar dinheiro, durante a noite roubavam as sementes e as vendiam ao preço de 100 réis cada uma.

Maria Angélica, levando esse nome até os dias de hoje.<sup>14</sup> A rua Lopes Quintas, em terras de Domingos Lopes Quintas foi aberta por ele, em 1880, e formava, junto às ruas Pacheco Leão,<sup>15</sup> Carandaí e Corcovado, o quarteirão onde se encontravam as melhores propriedades.

Os terrenos incorporados à Fazenda Nacional que não fossem de utilidade para o Jardim Botânico tiveram sua alienação regulamentada por decreto nº 5.821, de 12 de dezembro de 1874. Esse decreto viria para ratificar a Lei nº 719, de 28 de setembro de 1853. Tais terrenos, de propriedade do Estado, constituíam o que se denominou Fazenda D. Isabel.<sup>16</sup> O decreto nº 5.821 demonstra a preocupação em regularizar os terrenos que por ventura estivessem sendo ocupados de maneira irregular.

Com a intenção de se desfazer dos terrenos que não mais interessassem ao Jardim Botânico, foram convocados todos os arrendatários dos mesmos para comprovar sua situação perante o Governo, assim como para lhes dar a opção de compra, após avaliação feita pela Diretoria Geral de Rendas. Os benefícios advindos do decreto acima foram o lucro obtido com a venda dos terrenos assim como a isenção de responsabilidade por parte do poder público para com os mesmos, uma vez que já não seriam de utilidade ao Jardim Botânico. Assim, aqueles que compraram as terras se fixaram de forma permanente na região, atraindo cada vez mais pessoas.

Enfim, no século XIX, o impacto da vinda da Côrte ao Brasil na região da Lagoa transformou irreversivelmente o uso do solo na região, uma vez que, por iniciativa de D. João VI, foram criados a Fábrica de Pólvora e o Jardim Botânico. Mostramos o processo de criação de ambos, como se deram as desapropriações necessárias e o custo financeiro das mesmas para a Coroa, assim como os diversos melhoramentos e os caminhos e ruas abertos decorrentes de tal iniciativa.

---

<sup>14</sup> O casarão desta chácara, construído pelo primeiro proprietário Ribeiro Carvalho, quando de seu casamento (o segundo) com uma das filhas de D. Castorina, foi reformado e transformado no Solar de Monjope, por José Mariano Filho, e destruído por volta de 1975. Hoje é um empreendimento imobiliário, após diversos conflitos com moradores locais, pois a primeira proposta era que se construísse um hipermercado. Após alguns anos, foi erguido o condomínio residencial em cuja entrada ainda se encontra o portal do solar.

<sup>15</sup> Antônio Pacheco Leão nasceu no Rio de Janeiro em 11 de abril de 1872. Médico e sanitarista, foi Diretor Geral da Saúde Pública e diretor do Jardim Botânico entre 1914 e 1931, quando morreu em 21 de julho. Teve grande importância a luta que travou contra o aterro de área marginal da lagoa, em terras do patrimônio original do Jardim, após desapropriação para que se construísse o Jockey Club. Infelizmente, perdeu a luta para o turfe.

<sup>16</sup> Encontramos a observação respeito da Fazenda D. Isabel apenas em Carlos Sampaio (1924).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IplanRio/Jorge Zahar, 1987.
- ARQUIVO DA CIDADE: Seção de Manuscritos. Aforamentos – Rodrigo de Freitas, Lagôa. Ano: 1839-1880. Código 5-1-38.
- CARDOSO, Elizabeth Dezouart. *O Capital Imobiliário e a Expansão da Malha Urbana do Rio de Janeiro: Copacabana e Grajaú*. Rio de Janeiro: Tese do Instituto de Geociências/UFRJ, 1986.
- CARVALHO, Delgado de. *História da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1988.
- CARVALHO, Lia de Aquino. *Habitações Populares*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, 1995.
- CASTRO, Maurício de. *Parcelamento Teritorial no Rio de Janeiro*. Revista do I.H.G.B., v. 288. Rio de Janeiro, 1970.
- COARACY, Vivaldo. *Memórias da Cidade do Rio de Janeiro*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1988.
- \_\_\_\_\_. *O Rio de Janeiro no Século XVII*. Coleção Rio Quatro Séculos, v. 6. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1965.
- CONY, Carlos Heitor. Lagoa: *História, morfologia e sintaxe*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.
- COSTA, Cássio. *História dos Subúrbios da Gávea*. Rio de Janeiro: Depto. de História e Documentação. Estado da Guanabara, s.d.
- CRULS, Gastão. *Aparência do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952.
- FREIRE, Felisbello. *História da Cidade do Rio de Janeiro (1500-1900)*. Rio de Janeiro: Comp. Typ. do Brazil, 1901.
- FRIDMAN, Fania. *Os Donos da Terra Carioca; alguns estudos de caso*. Série Espaço & Debates, n.37, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Rio de Janeiro Imperial: propriedade fundiária e produção do espaço nas freguesias rurais*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1995 in Anais da VII ANPUR, 1997.
- \_\_\_\_\_. *As Propriedades Públicas na Cidade do Rio de Janeiro*. Seminário de História Urbana in Anais da ANPUR, 1995.
- GERSON, Brasil. *História das Ruas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira, 1965.
- JOÃO FORTES ENGENHARIA. *História dos Bairros – Botafogo*. Grupo de Pesquisa em Habitação e Uso do Solo Urbano da UFRJ, 1983.
- JOÃO FORTES ENGENHARIA. *História dos Bairros – Copacabana*. Grupo de Pesquisa em Habitação e Uso do Solo Urbano da UFRJ, 1986.
- LISBOA, Balthazar da Silva. *Annaes do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de Seignut – Plancher e Cia, 1834, 8 volumes.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro (Do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro)*. 2 vol. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

- LUCENA FILHO, Henrique José Pereira de. *Estudo Preliminar para Planejamento da Área da Lagoa Rodrigo de Freitas e sua Periferia*. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 1978.
- MELLO, A. J. de. *História da Transladação da Corte Portuguesa para o Brasil em 1807-1808*. Rio de Janeiro: Livraria da Casa Imperial de E. Dupont, 1872.
- \_\_\_\_\_. *Chronica do Brazil (Engenhos Primitivos do Rio de Janeiro)*. Rio de Janeiro: Livraria da Casa Imperial de E. Dupont, 1879.
- \_\_\_\_\_. *O Patrimônio Territorial da Camara Municipal do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. Camões, 1881.
- MORALES DE LOS RIOS FILHO, Adolfo. *O Rio de Janeiro Imperial*. Rio de Janeiro: Ed. A Noite, 1946.
- \_\_\_\_\_. *Evolução Urbana e Arquitetônica do Rio de Janeiro nos Séculos XVI e XVII (1567-1699)*. Revista do IHGB, v. 288. Rio de Janeiro, 1970.
- NASCIMENTO SILVA, Fernando. *Rio de Janeiro em seus Quatrocentos Anos*. Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1965.
- NORONHA SANTOS. *As Freguesias do Rio Antigo*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1965.
- PIZARRO, Monsenhor (José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo). *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*. Ministério da Educação e Saúde, Instituto Nacional do Livro, Departamento de Imprensa Nacional, 1951, 11 volumes.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1972.
- PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. *Aforamentos: Inventário Sumário*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1987.
- Revista Trimestral do IHGB, Tomo LXII, Parte II.
- RIO DE JANEIRO: Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos. *Atlas Fundiário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1991.
- SAMPAIO, Carlos. *Memória Histórica*. Obras da Prefeitura do Rio de Janeiro. Lisboa: Lumen, 1924.
- SANTOS, Maria Cristina Siqueira dos. *Permanência e Mudança no Uso do Solo: O Bairro do Jardim Botânico – Rio de Janeiro*. Tese de mestrado – Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, UFRJ, 1985.
- VALLADARES, Clarival do Prado. *Biografia da Lagoa Rodrigo de Freitas*. Revista Brasileira de Cultura, Rio de Janeiro, 3(7):55-74, abr./jun, 1971.
- VAZ, Lilian Fessler. *Contribuição ao estudo da produção e transformação do espaço da habitação popular. As habitações coletivas no Rio Antigo*. PUR/ UFRJ, 1985.
- VIEIRA FAZENDA, José. *Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nº 140. Rio de Janeiro, 1921.

Recebido em 02.05.2011

Aceito em 30.05.2011